



Debates mobilizam comissões no primeiro semestre

O reajuste do salário mínimo, a situação da Venezuela e o uso medicinal da maconha estão entre os temas que foram discutidos por senadores e especialistas em debates nas comissões permanentes

As comissões permanentes fizeram 175 audiências públicas no primeiro semestre deste ano. Entre os temas debatidos, está o aumento do salário mínimo. A política do governo de reajustar o mínimo apenas pela inflação provocou polêmica na Comissão de Direitos Humanos. Outros temas também mobilizaram os debatedores, como a situação da Venezuela e o uso medicinal da maconha. **3**



Paulo Paim comanda debate sobre o mínimo na Comissão de Direitos Humanos

Peiro Franco/Agência Senado — 28/5/2019



Marcos Brandão/Senado Federal

Davi Alcolumbre diz que alteração tem o apoio do relator, Tasso Jereissati

Senado deve incluir estados na reforma, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se disse favorável à inclusão de estados e municípios na reforma, pois, destacou, o Senado tem o papel de defender os entes federados. Segundo ele, o relator, Tasso Jereissati, tem o mesmo entendimento. O texto final deve ser votado em até 60 dias, prevê Davi. **3**

Nova Previdência deve ter até 60 votos no Senado, prevê líder **3**

Colegiado analisa hoje nomes para quatro embaixadas **4**

Falta de pessoal no setor de ciência e tecnologia é tema de debate **4**

Cônjuge poderá constar em conta para comprovar endereço **4**

Siqueira Campos toma posse em sessão especial no Senado

Siqueira Campos, que foi o primeiro governador do Tocantins, tomou posse em sessão especial do Senado, na vaga deixada por Eduardo Gomes, que assumiu cargo no governo do estado. O senador, que completará 91 anos no próximo dia 1º e já foi deputado federal por Goiás, defendeu a criação de mais 13 estados no Brasil. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Siqueira Campos, em 1988, liderou movimento pela criação de novos estados

Instituição Fiscal Independente alerta para encolhimento do PIB

O Relatório de Acompanhamento Fiscal para julho da Instituição Fiscal Independente menciona a contração do PIB, o recuo do desemprego e a estabilidade da inflação. Para os analistas da instituição, a produção industrial segue recuada por incertezas e pela fraca demanda externa. **2**

Programa de concessões deverá receber sugestões do cidadão

O relatório da medida provisória que muda o funcionamento do Programa de Parcerias de Investimentos será apresentado até 9 de agosto, disse o relator, Wellington Fagundes. Até lá, o senador espera receber contribuições da sociedade civil por meio do Portal e-Cidadania. **4**

Audiência debate modelo dos EUA e novo marco para ferrovias do Brasil

Medidas que obtiveram sucesso nos Estados Unidos para o sistema ferroviário foram apresentadas por representante do país em audiência na Comissão de Infraestrutura. Os senadores debateram como se inspirar no modelo para o texto do novo marco regulatório das ferrovias brasileiras. **4**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

WhatsApp: (61) 99187-2248
Facebook: /SENADOFEDERAL
Telefone: 0800 612211

Jovem Senador 2019

Instituição Fiscal alerta para contração do PIB

Relatório da IFI para julho também menciona o recuo do desemprego em 0,4 ponto percentual entre maio de 2018 e maio deste ano e a estabilidade da inflação

A INSTITUIÇÃO FISCAL Independente (IFI) do Senado publicou ontem o *Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF)* para o mês de julho. O documento menciona a contração do produto interno bruto (PIB), o recuo do desemprego e a estabilidade da inflação como destaques do período.

De acordo com o RAF, indicadores divulgados no segundo trimestre mostram a possibilidade de nova contração do PIB. Segundo os analistas da IFI, “a produção industrial segue estrangulada pelas incertezas e pela fraca demanda externa, enquanto indicadores

de confiança indicam pessimismo de consumidores e empresários, especialmente com as condições futuras da economia”.

O documento ressalta que a taxa de desemprego recuou 0,4 ponto percentual entre maio de 2018 e maio deste ano — com um índice de 12,3%. Segundo o RAF, o desemprego continua relativamente elevado, com cerca de 13 milhões de desocupados no país. “A fragilidade nas condições do mercado de trabalho deverá persistir por mais algum tempo, tendo em vista que o mercado de trabalho reage com bastante defasagem aos

movimentos na atividade econômica”.

A IFI destaca ainda a alta de 0,01% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho. Para os analistas, o “comportamento bastante favorável” da inflação abre espaço para cortes na taxa de juros. “A perspectiva de aprovação da reforma da Previdência e a possibilidade de cortes de juros nos Estados Unidos configurariam situação propícia para o Banco Central promover novo afrouxamento monetário”.

O documento sublinha que a despesa total do governo central continuou a cair mais



Marcos Oliveira/Agência Senado — 20/11/2018

Para Salto, a conjuntura econômica segue apontando dados negativos

que a receita líquida.

Para o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, a conjuntura econômica “continua apontando dados muito negativos, apesar da melhora na taxa de

desemprego”. “Os indicadores de atividade econômica mostram que o país poderá ter amargado uma nova queda no PIB do segundo trimestre”, afirma Salto.

Siqueira Campos assume como senador e defende criação de mais 13 estados

Tomou posse ontem como senador o ex-governador do Tocantins e ex-deputado federal Siqueira Campos (DEM-TO). Ele ocupa a vaga deixada por Eduardo Gomes (MDB-TO), que assumiu um cargo no governo do estado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, transformou a sessão de posse em sessão especial e se disse privilegiado por comandar a Casa em um momento que classificou como histórico.

— Não canso de repetir que este, sim, é o momento histórico de prestígio, de homenagem, de honraria ao homem público que orgulha



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Com a presença de Eduardo Gomes (2º à esq.), Siqueira Campos toma posse

o estado do Tocantins e todo o Brasil. Muito obrigado por esta oportunidade de estar aqui neste momento — afirmou.

Siqueira Campos citou verso de Carlos Drummond de

Andrade para dizer como se sente: “Tenho duas mãos e o sentimento do mundo”. Um dos líderes responsáveis pelo movimento de criação do Tocantins e do Amapá, durante

a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o senador defendeu a criação de mais 13 estados no Brasil.

— Temos um território imenso. Imaginem que, no Pará, há uma cidade cuja jurisdição é maior que a do estado do Tocantins praticamente. Refiro-me à cidade de Altamira — disse.

Compuseram a mesa na sessão o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, o vice-governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, a prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro, o deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), e o filho de Siqueira Campos, o ex-senador

Eduardo Siqueira Campos, hoje deputado estadual.

Os senadores Wellington Fagundes (PL-MT) e Izalci Lucas (PSDB-DF) saudaram Siqueira Campos e lembraram sua trajetória como “homem determinado” que batalhou pela criação do Tocantins e a construção de Palmas.

— Siqueira Campos pode ser classificado como um bem durável da nossa política, não apenas pela longevidade dos seus 90 anos, mas pela sua obra — ressaltou Wellington.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) classificou Siqueira Campos como “um homem histórico da política brasileira”.

Kajuru homenageia estudantes de Goiânia por prêmio nos EUA

Jorge Kajuru (PSB-GO) homenageou ontem sete adolescentes, alunos do Sesi de um bairro popular de Goiânia, que foram premiados em um torneio de robótica da Universidade da Nasa, nos Estados Unidos. Ele contou que os estudantes desenvolveram o “chiliclete”, uma goma de mascar produzida à base de pimenta, que desbloqueia o funcionamento das células da boca e do nariz, para auxiliar os astronautas a sentirem o sabor dos alimentos no espaço.

— O grupo de estudantes goianos desenvolveu a pesquisa em sete meses.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Jean Paul cobra recursos federais para o Rio Grande do Norte

Jean Paul Prates (PT-RN) criticou ontem, em Plenário, a demora do governo federal em repassar ao governo do Rio Grande do Norte R\$ 220 milhões de plano emergencial de socorro, para assegurar a continuidade do atendimento à saúde da população.

O senador disse esperar que a lentidão da transferência não seja motivada por diferenças políticas entre os governos estadual e federal.

— Isso seria muito grave, porque caracterizaria uma desumanidade atroz cometida contra cidadãos que têm o direito de ter votado livremente em 2018.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Falta de pessoal

10h Audiência para debater o orçamento e a necessidade de recomposição das carreiras públicas de ciência e tecnologia.

CRE Embaixadores

11h Leitura de indicações de embaixadores para quatro países.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado teve 175 audiências no primeiro semestre do ano

Salário mínimo, uso medicinal da maconha, a situação da Venezuela e as consequências da imigração para Roraima foram alguns dos temas debatidos pelos senadores e especialistas nas comissões

O SENADO PROMOVEU 175 audiências públicas de fevereiro a julho deste ano. Foram 160 eventos nas 13 comissões temáticas permanentes da Casa, 8 debates conjuntos (com dois ou mais colegiados) e 7 realizados em subcomissões.

Um tema que mobilizou parlamentares e especialistas foi a possibilidade de mudança na política de reajuste do salário mínimo. Em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), os convidados alertaram para o risco de empobrecimento dos trabalhadores. O debate realizado em maio foi requerido por Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão. Até 2019, o valor do mínimo era calculado partir de critérios definidos na Lei 13.152, de 2015. O reajuste era calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) somado à variação do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores. A partir de 2020, o governo pretende usar como parâmetro apenas a inflação.

Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer lembrou que a pobreza e a concentração de renda no Brasil aumentaram nos últimos dois anos.

— Foram várias marchas a Brasília realizadas a cada ano, entre 2004 e 2009, que trouxeram como ponto principal a necessidade de erguer o valor do mínimo e levá-lo a um patamar de dignidade.

A representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Mônica Damous Duailibe, ressaltou a importância do salário mínimo e a necessidade de sua valorização. Segundo ela, o número de empregados formais no Brasil cresceu de 23 milhões para 39

milhões entre 2002 e 2014 — justamente o período de maior valorização do benefício.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores tem consequência imediata na economia.

— Isso não é questão de partido. É uma questão de país. Se você tira o poder de compra, tira o poder de venda. Se o comércio não vende, a indústria não produz e o governo não arrecada — disse a senadora.

Outro assunto que provocou debates no Senado foi a crise na Venezuela. Em maio, o presidente a Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Nelsinho Trad (PSD-MS), manifestou “profunda preocupação com a situação do país vizinho”, que enfrentou a morte de civis em decorrência do acirramento dos conflitos entre governo e oposição.

Outros senadores ressaltaram a tradição diplomática brasileira e rechaçaram qualquer intervenção militar do Brasil na Venezuela. Líder da Minoria no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o Brasil não pode ser “porta-voz de nenhuma aventura bélica e militar no país vizinho”.

— A ditadura existente na Venezuela deve ser esgotada de forma diplomática.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) avaliou que a situação na Venezuela e na fronteira brasileira, em especial em Pacaraima (RR), é “dramática”.

Maconha

Outro tema polêmico enfrentado foi o uso medicinal da maconha. Alessandro Vieira (Cidadania-SE) é relator de uma sugestão legislativa (SUG 6/2016), apresentada pela Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos, que

estabelece regras para fiscalização e tributação da maconha medicinal. Se for aprovada pela CDH, a sugestão passa a tramitar como projeto de lei.

O Senado analisa ainda o PLS 514/2017, que prevê o uso terapêutico da *Cannabis sativa*. De autoria da CDH, o texto autoriza a sementeira, o cultivo e a colheita da substância para uso pessoal terapêutico, de acordo com prescrição médica. O projeto aguarda o relatório de Carlos Viana (PSD-MG) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em julho, uma audiência da CDH colocou frente a frente representantes do governo e das famílias que defendem a regulamentação da maconha para uso medicinal. O ministro da Cidadania, Osmar Terra, reforçou a política “proibicionista” e disse que a liberação do plantio poderia “abrir as portas para o consumo generalizado de drogas”.

De outro lado, pais e mães de crianças que sofrem com uma série de doenças e condições como a epilepsia e o autismo pedem que o Congresso autorize o cultivo da maconha. Cida Carvalho é presidente da Cultive — Associação de Cannabis e Saúde. A filha dela, de 16 anos, tem síndrome de Dravet e tinha convulsões desde antes do primeiro ano de vida. Segundo Cidinha, a qualidade de vida da família melhorou depois que a menina começou a usar substâncias extraídas da maconha.

— A dor não pode esperar. Se eu tivesse esperado a regulamentação para poder cultivar, para poder dar um óleo para a minha filha, não sei se eu a teria aqui hoje porque a síndrome dela tem risco de morte súbita. Se fosse seu filho você esperaria?

Sancionado benefício para policial rodoviário

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a Lei 13.859, que libera R\$ 36 milhões para o pagamento de indenização a policiais rodoviários federais. O benefício será pago apenas ao profissional que concordar em reduzir o período de repouso para participar de ações consideradas “relevantes, complexas ou emergenciais” pela corporação. A norma foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O projeto original enviado pelo Executivo (PLN 3/2019) previa um valor mais alto para a indenização: R\$ 40 milhões.

Mas como o texto só foi aprovado em julho pelo Congresso, senadores e deputados decidiram reduzir o montante, porque não houve pagamento nos primeiros meses do ano. O crédito de R\$ 36 milhões foi aberto em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para garantir a indenização, o órgão cancelou despesas do mesmo valor no programa de policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, combate à violência no trânsito e ações educativas.

A Indenização pela Flexibilização Voluntária do Repouso

Remunerado foi criada pela Lei 13.712, de 2018. O benefício de “caráter temporário e emergencial” foi fixado em R\$ 420 para o policial rodoviário federal que trabalhar durante 6 horas no período de repouso e em R\$ 900 para quem trabalhar por 12 horas. A verba não pode ser paga cumulativamente com diárias ou indenização de campo. O benefício fica isento de Imposto de Renda e contribuição previdenciária, mas não pode ser incorporado ao subsídio ou usado como base de cálculo para outras vantagens, como aposentadoria e pensão.



Presidente do Senado disse que a LDO deve ser votada em agosto

Davi diz que há harmonia sobre prazos para votar Previdência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, garantiu ontem que o Senado está “harmonizado” em relação aos prazos para votação da PEC 6/2019, que institui a reforma da Previdência. A previsão, segundo ele, é de que o debate sobre o texto seja finalizado de 45 a 60 dias.

Favorável à inclusão de estados e municípios na reforma, Davi ressaltou que o Senado tem a missão de defender os entes federados e que outros senadores, como o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), têm o mesmo entendimento.

— Se o relator tem o desejo de incluir, e havendo esse sentimento do Senado, como Casa da Federação, espero que possamos debater e incluir estados e municípios na nova Previdência.

LDO

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser votada em agosto, logo após o retorno do recesso parlamentar. Ele disse que determinou o recesso em respeito à produtividade do Congresso ao

longo dos últimos seis meses.

— Este semestre foi o mais produtivo do Senado, ao longo das últimas duas décadas. Então, diante do trabalho de todos e de sua dedicação, estamos em recesso e retornaremos em agosto — declarou o presidente do Senado.

Lei das Teles

Outra proposta a ser analisada em agosto é o PLC 79/2016, que altera a Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997). Davi disse já ter manifestado publicamente o interesse do Senado em votar o texto e que tem conversado com os líderes partidários sobre o assunto.

Ao adiantar que se reunirá com a relatora, Daniella Ribeiro (PP-PB), Davi disse que a intenção é votar o texto logo depois do recesso.

— Esse projeto é importante para o Brasil, porque o investimento previsto, de mais de R\$ 20 bilhões do setor privado e sem nenhum centavo de recurso público, certamente, vai aquecer a economia — ponderou.

Reforma no Senado terá até 60 votos, estima líder do governo

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse ontem que o governo deve ter na Casa até 60 votos favoráveis à reforma da Previdência.

Segundo ele, a análise da PEC 6/2019 em dois turnos no Senado deve ser concluída até o fim de setembro.

— Nós trabalhamos com um prazo de 45 dias a partir da chegada da reforma aqui no Senado. Como ela ficou de ser votada em segundo turno na Câmara dos Deputados até o dia 7 ou 8 de agosto, a nossa expectativa é que a gente possa concluir a votação no Senado até aproximadamente o dia 20 de setembro. Eu acredito que o governo deverá ter aqui entre 54 e 60 votos — disse.

O senador concorda com as alterações no texto a serem apresentadas na chamada PEC paralela, uma segunda

proposta apresentada pelos senadores para incluir os servidores públicos estaduais e municipais na reforma.

— Não dá para aceitar que a gente possa vir a ter 27 sistemas previdenciários distintos. Creio que é adequado viabilizarmos essa reforma previdenciária, que ela possa valer para a União, mas também para os estados e para os municípios brasileiros.

Bezerra comemorou o que considera um semestre positivo para o governo no Congresso. Além do avanço da reforma previdenciária, ele citou o programa de desestatização e a expectativa da reforma tributária para retomar o crescimento econômico. O senador disse ainda que acredita na aprovação do nome do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para a embaixada do Brasil nos Estados Unidos.



Senador Wellington (2º à esq.), relator, e o presidente, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (3º à esq.), entre convidados

Cidadão pode dar sugestões a programa de concessões

Relator da comissão mista que analisa a MP do Programa de Parcerias de Investimentos, Wellington disse que receberá contribuições da sociedade para seu parecer, a ser apresentado até 9 de agosto

O RELATÓRIO DA medida provisória que promove alterações no funcionamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal será apresentado até 9 de agosto, afirmou ontem o senador Wellington Fagundes (PL-MT), durante audiência da comissão mista que analisa o texto.

Entre outros pontos, a MP 882/2019 expande o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na estruturação de novas concessões. Até lá, o senador espera receber contribuições da sociedade civil por meio do Portal e-Cidadania.

— Fica o nosso convite para que todas as entidades e cidadãos que queriam participar enviem sugestões pelo Portal e-Cidadania. Investimento em infraestrutura é a melhor forma de tirar o país da crise e gerar empregos — disse.

O colegiado ouviu representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC).

Um dos pontos debatidos foi a criação de uma nova forma de contratação prevista na MP: a colação. Pela proposta, o BNDES poderá utilizar esse instrumento nos processos de desestatização. Em vez de contratar estudos de viabilidade por pregão ou por combinação de técnica e preço, o banco poderá dar preferência a empresas de maior renome e expertise na elaboração dos projetos.

O relator questionou o gerente-executivo da Secretaria de Leilões da Aneel, Romário Batista, sobre aplicabilidade da medida nos leilões de energia.

Leilões

Segundo Batista, essa nova modalidade talvez não seja a mais adequada para as concessões de transmissão no setor elétrico.

— Esses estudos de viabilidade técnica e econômica utilizados para a licitação podem ser feitos pelos próprios agentes, pelo próprio setor privado. Pelo perfil dos empreendimentos levados a leilão, em princípio não vemos uma aplicação mais direta deste instituto — defendeu.

Por outro lado, o representante da Aneel ressaltou a colaboração do BNDES em processos de privatização de ativos de distribuidoras.

O relator avaliou que a MP pode contribuir para atacar o problema das obras inacabadas.

— Hoje nós temos no Brasil milhares de obras inacabadas. Uma obra inacabada não serve para nada, porque ela só causa prejuízo, o dinheiro público é desperdiçado na sua aplicação — disse Wellington.

Transportes

Outros dispositivos da MP tratam do setor de transportes, ampliando a esfera de responsabilidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e reformulando o funcionamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

No Contran, há uma mudança de comando. A presidência, antes exercida pelo diretor do Denatran, é transferida para o ministro da Infraestrutura. Na opinião do diretor-substituto do Denatran, Carlos Magno Oliveira, a medida provisória traz maior “sinergia” para o setor.

Comissão analisa indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne hoje, às 11h, para apresentação de relatórios sobre a indicação de quatro diplomatas para embaixadas brasileiras no exterior.

Romênia e Hungria

A indicação da diplomata Maria Laura da Rocha para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República Socialista da Romênia tem como relatora a senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP).

Marcio Bittar (MDB-AC) é relator da mensagem que indica o diplomata José Luiz Machado e Costa para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Hungria. O senador relata também a indicação da diplomata Eugenia Barthelmess para o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Cingapura.

Para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, junto ao Estado do Brunei Darussalam,

foi indicado o diplomata Ary Norton de Murat Quintella. O relator é o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Sabatinas

De acordo com o protocolo da comissão, os relatórios que tratam da indicação de diplomatas para a chefia de embaixadas sempre são apresentados em datas diferentes da sabatina. Cabe agora ao presidente da comissão, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), definir a data das sabatinas com os indicados.

Modelo ferroviário dos Estados Unidos é apresentado em debate

Em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI), senadores discutiram a adoção de medidas regulatórias parecidas com as utilizadas nos Estados Unidos para o sistema ferroviário brasileiro. O projeto (PLS 261/2018), que cria novo marco regulatório para as ferrovias brasileiras, está em análise na CI e aguarda o parecer do relator, Jean Paul Prates (PT-RN). O senador disse que é necessário observar a experiência de países que adotaram modelos de sucesso.

— Estamos trabalhando nos momentos finais da redação desse projeto. Estamos suprindo essa lacuna, principalmente concessões para modernização das ferrovias abandonadas, e enfatizando a questão da autorização que vai permitir ao empreendedor, ao setor privado, ter a iniciativa de propor novos projetos.

Os Estados Unidos mudaram radicalmente o seu modelo ferroviário na década de 80 e passaram a incluir o sistema de autorregulação, ou seja, as próprias empresas do setor ferroviário determinam os preços e as taxas a serem cobradas. A representante da Association of American Railroads (AAR), Lisa Stabler, disse que não sabe se as medidas utilizadas nos EUA se aplicam ao Brasil, mas afirmou que é importante ouvir e discutir a nova regulação junto à população.

— Há um processo muito detalhado da criação de regras novas, mas um ponto principal é que todas as regras são abertas para comentários públicos. E esses comentários têm que ser levados em consideração antes que a regra vire uma regra formal a ser seguida — recomendou.



Presidente e relator, Marcos Rogério e Jean Paul ouvem Lisa Stabler

Audiência discute hoje falta de pessoal em ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove hoje, às 10h, uma audiência para debater o orçamento e a necessidade de reposição das carreiras públicas de ciência e tecnologia.

Autor do requerimento, Izalci Lucas (PSDB-DF) resalta que as carreiras de ciência e tecnologia estão presentes em 21 órgãos e instituições do Poder Executivo. Os servidores são responsáveis por ações em áreas como atividades nucleares,

Programa Espacial Brasileiro, medicina nuclear, tratamento de doenças e indústria de defesa, por exemplo.

Essas carreiras, segundo o senador, perderam 75% dos quadros nos últimos 30 anos, especialmente por causa da evasão provocada por baixos salários. Atualmente as perdas variam entre 10% e 12% ao ano, em razão de aposentadorias. Em cinco anos, explicou Izalci, pode haver o desmonte de algumas instituições.

Contas poderão ter nome de cônjuge para provar endereço

Concessionárias de serviços públicos deverão oferecer a possibilidade de inclusão de nome de cônjuge, companheiro ou pessoa maior de 18 anos que resida com o usuário, para fins de comprovação de residência. É o que estabelece o projeto de lei apresentado pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

Ao justificar a proposição (PL 3.614/2019), o senador

argumenta que muitos brasileiros têm dificuldade para comprovar residência através de contas de consumo de água e energia, por exemplo, pois cada uma é emitida em nome de uma única pessoa.

O projeto aguarda relator na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), cuja aprovação é terminativa: se não houver recurso para votar em Plenário, vai para a Câmara.